

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO E EDUCAÇÃO PROFISSIONAL
COORDENAÇÃO DE ESTUDOS E PESQUISAS INOVADORAS NA GRADUAÇÃO
NÚCLEO DE ESTUDOS AFRO-BRASILEIROS

ROSE XAVIER DA COSTA MASCARENHAS

OS PLANOS DE AÇÕES DAS EQUIPES MULTIDISCIPLINARES PARA
A IMPLEMENTAÇÃO DA LEI 10.639 EM ESCOLAS ESTADUAIS DO
PARANÁ: ALGUNS RESULTADOS

CURITIBA - PR

2015
ROSE XAVIER DA COSTA MASCARENHAS

OS PLANOS DE AÇÕES DAS EQUIPES MULTIDISCIPLINARES PARA A
IMPLEMENTAÇÃO DA LEI 10.639 EM ESCOLAS ESTADUAIS DO PARANÁ:
ALGUNS RESULTADOS

Trabalho apresentado como requisito parcial à
conclusão do Curso de Especialização em
Educação das Relações Étnico-Raciais –
Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros –
Universidade Federal do Paraná.

Orientador: Prof. Dr. José Antonio Marçal

CURITIBA
2015

NOME DO ALUNO (A)

ROSE XAVIER DA COSTA MASCARENHAS

TÍTULO DA MONOGRAFIA

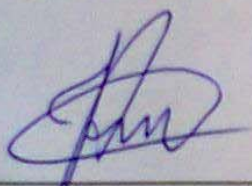
**OS PLANOS DE AÇÕES DAS EQUIPES MULTIDISCIPLINARES PARA A IMPLEMENTAÇÃO DA LEI
10.639 EM ESCOLAS ESTADUAIS DO PARANÁ: ALGUNS RESULTADOS**

Monografia apresentada ao Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros – NEAB, da Pró-Reitoria de Graduação – PROGRAD, como requisito à obtenção do Certificado de Conclusão do Curso de Especialização em Educação das Relações Étnico-Raciais pela Universidade Federal do Paraná.

Nota: 80

Aprovada em: 24 de Agosto de 2015.

PARECERISTAS:



José Antonio Marçal
Doutorando em Educação/ UFPR
Universidade Federal do Paraná
Orientador



Rosa Amalia Espejo Trigo
Pós Doutoranda/Educação UFPR
Universidade Federal do Paraná
Segundo Parecerista

Banca examinadora

Prof^o Mestre José Antônio Marçal
Orientador / UFPR

Prof^o membro da banca

DEDICATÓRIA

Dedico esta monografia, primeiramente a Deus, aos meus pais: Pedro Xavier Costa (*in memorium*) e Arina Lídia Xavier da Costa, pois foram fundamentais na minha educação.

Ao meu esposo Joel Mascarenhas pelo companheirismo e por ter compartilhado todos os momentos de ansiedade, preocupação e tensão pelo qual passei.

Aos meus filhos Karen Adriane e Christian Joel (*in memorium*) e Andriws Darlan e Carmem Luciane que me apoiaram nesta jornada e também meus amados filhos do coração: Jaqueline, Juliano, Andréa, Marlon, Danúbia que torceram muito para que eu conseguisse efetivar esta pesquisa.

A minha irmã Lídia Maria pelos exemplos de dedicação e superação, e incentivos, ao cunhado João Carlos, meus sobrinhos; Jeverson Luis (*in memorium*), Francine Cristina, Jonathan, Pedro João, Yasmim, Cauê, Isadora e Débora.

Aos meus netos e netas Álvaro, Enzo, Laura Elis, Érica Thais, Luan e Dandara.

Um muito obrigado de Coração.

AGRADECIMENTOS

A Deus e a todos os anjos e Santos que me ajudaram nas horas mais difíceis de concretizar este sonho.

Ao orientador José Antônio Marçal, pelos ensinamentos, pela preocupação, pela contribuição na minha trajetória enquanto pesquisadora.

Ao esposo pela força constante e pelas palavras de apoio e incentivo.

Aos filhos por serem as aspirações para conseguir finalizar minhas ações e atitudes.

Aos colegas do curso pela longa caminhada, pelo companheirismo em especial a Eleuza Telles pela ajuda, pela persistência e pelas trocas de experiências.

Ao DEDI/CERDI na pessoa da Diretora Marli Peron, da Coordenadora Edna Coqueiro e os pesquisadores: Eleuza Telles, Tânia Pacifico, Jurandi e colegas da SEED.

A todos aqueles que direta ou indiretamente, contribuíram para a conclusão deste trabalho, uma muito obrigada.

A liberdade não é uma dádiva, mas uma conquista. Essa conquista pressupõe que os negros redefinam a história, para situá-la em seus marcos concretos e entrosá-la com seus anseios mais profundos de auto emancipação coletiva e de igualdade racial.
(Florestan Fernandes)

RESUMO

Esta Monografia refere-se à avaliação dos planos de ação de duas Escolas Estaduais na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná. Constitui-se em uma Análise Crítica do Discurso nos planos de ação de forma qualitativa dos resultados da Implementação da Lei 10.639/03, que inclui no currículo oficial do Ensino de Educação Básica a obrigatoriedade da temática História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, bem como de seus resultados. Segundo Van Dijk através da análise do discurso procura-se desenvolver uma abordagem interdisciplinar do discurso dando ênfase a sua função, social e política. Procurou-se analisar os resultados a partir dos relatórios enviados pelas escolas à Secretaria do Estado da Educação/SEED e disponibilizados pelo DEDI/CERDE E CELEPAR. A escolha dos planos se deu aleatoriamente, procurando contemplar uma escola central e outra da periferia, focando como cada qual procurou trabalhar com a temática dentro do espaço escolar. Também se dá enfoque na legislação vigente, onde se deu a formação das Equipes Multidisciplinares. A partir da análise dos dois planos e das avaliações ficou evidenciada a existência de um modelo mental baseado na ideia da não valorização da cultura e história afro-brasileira e africana. Enquanto o colégio A deslocou a questão do racismo e das relações étnicorraciais para a temática da violência e cultura da paz, o colégio B mostrou resistência, dificultando a realização plena do plano de ação, mesmo tendo subsídio para elaboração de seu plano, já que os membros da equipe multidisciplinar participaram de encontro com o movimento negro local.

Palavras chaves: Equipe Multidisciplinar, Racismo, Lei 10.639/03.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	9
	CAPÍTULO 1 - CONTEXTO HISTÓRIO.....	11
1.1	RACISMO NO BRASIL	13
1.2	RACISMO NO CONTEXTO ESCOLAR	14
1.3	MOVIMENTO NEGRO SUA LUTA REINVIDICATÓRIA - DIVERSIDADE ...	15
1.4	AÇÕES DO MOVIMENTO NEGRO	17
	CAPÍTULO 2 – A LEGISLAÇÃO EDUCACIONAL NO ESTADO DO PARANÁ.....	18
2.1.1	INSTITUIÇÃO DAS EQUIPES MULTIDISCIPLINARES.....	20
	CAPÍTULO 3 – ANÁLISE DE PLANOS DE AÇÕES EM DUAS ESCOLAS ESTADUAIS DE CURITIBA.....	22
3.1	METODOLOGIA.....	22
3.2	DADOS DA PESQUISA	24
3.3	ANÁLISE CRÍTICA DO PLANO DE AÇÃO DO COLÉGIO “A”	24
3.4	ANALISE DO PLANO DE AÇÃO DO COLÉGIO “B”.....	26
4	CONSIDERAÇÕES FINAIS	28
	ANEXOS.....	33

1 INTRODUÇÃO

Esta monografia teve por finalidade, analisar as contribuições das Equipes Multidisciplinares, através do Plano de ação e os resultados obtidos através da Implementação da Lei 10.639/03. Esta documentação (plano e o diagnóstico) está disponibilizada nos registros da Secretaria do Estado da Educação (SEED) e na Tecnologia da Informação e Comunicação do Paraná (CELEPAR). Tomou-se a iniciativa de analisar os planos de ação e suas avaliações das equipes multidisciplinares de duas Escolas Estaduais de Curitiba, Paraná, estando uma delas localizada no setor Centro e a outra no setor Portão.

A necessidade de saber os resultados da implementação de políticas afirmativas no interior das escolas na perspectiva da Lei 10.639/03, se deve ao fato de que uma educação mais inclusiva poderá contribuir para a construção de uma sociedade mais consciente e justa.

No Paraná foi criada as Equipes Multidisciplinares, instruída pela Superintendência da Educação junto a Secretaria do Estado da Educação (SUED/SEED) e de acordo com o disposto no artigo 8º da Deliberação nº 04/06- do Conselho Estadual de Educação/PR/ (CEE), que institui as Normas Complementares às Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana nos Estabelecimentos escolares da rede estadual de educação básica, e se estabelece na Resolução 3399/2010- GS/ SEED e na Instrução 010/2010-SUED/SEED as normas que regulamentaram o funcionamento e a composição das Equipes Multidisciplinares, em todos os Estabelecimentos de Ensino e NRE do Paraná.

Em 2010 quando através da instrução 010 e a orientação 002, onde estabelecia a composição das Equipes Multidisciplinares, dentro dos Estabelecimentos Escolares no Paraná, presenciei no Núcleo Regional de Educação de Curitiba (NREC) a recusa por parte de algumas escolas, da não composição das Equipes Multidisciplinares naquele ano (2010), não acatando a instrução e muito menos a orientação.

Portanto, nesta monografia pretendemos fazer uma análise de dois planos de ação e de suas avaliações de resultados apresentados a SEED por duas equipes multidisciplinares. A Metodologia que tomamos como referência neste estudo é a

“Análise Crítica do Discurso” (VAN DIJK, 2012). Em linhas gerais, pretende-se através da análise documental dos textos elaborados por estas equipes multidisciplinares identificar possíveis indícios que nos ajudem a compreender o “modelo mental” predominante no conjunto de educadores pertencentes às equipes no que se refere a diversidade étnico-racial brasileira, ao racismo, entre outras coisas.

Assim esta monografia está dividida em três capítulos. Sendo que no primeiro capítulo abordaremos o contexto histórico da Lei 10.639/03 aplicabilidade dentro das escolas públicas e privadas, em todo o país. A Resolução do Conselho Nacional de Educação. O racismo no Brasil, no contexto escolar, o movimento negro, suas ações e suas lutas reivindicatórias.

No segundo capítulo abordaremos a legislação educacional brasileira. Destacando as leis LDBEN 9394/96 que foi modificada no seu art. 26A e 79B instituídos pelas Lei 10.639/03 e a Lei 11.645/08. O Parecer do Conselho Nacional de Educação/CNE 03/2004, que fundamentou a Resolução 01/2004 e legitimou as práticas pedagógicas e os pareceres do Conselho Estadual do Paraná para efetivação das práticas através das Equipes Multidisciplinares.

No terceiro capítulo analisaremos os Planos de ações das duas escolas estaduais de Curitiba, como se deu a implementação, a aceitação por parte do Colegiado e procuraremos saber se as equipes multidisciplinares conseguiram atingir o proposto em seus planos de ação e quais foram os resultados alcançados.

Procuraremos fomentar todo o processo através dos planos de ação proposto e dos resultados divulgados através dos registros das ações desenvolvidas, com recorte no período compreendido entre 2010 a 2012, nos dados registrados nos sistemas da SEED e CELEPAR, como também no Departamento da Diversidade e na Coordenação da Educação das Relações da Diversidade Étnico Racial (DEDI/CERDE).

CAPÍTULO 1 - CONTEXTO HISTÓRIO

Educação das Relações Étnico-Raciais e o estudo de História e Cultura Afro-Brasileira e História Cultura Africana será desenvolvida por meio de conteúdos, competência, atitudes e valores, a serem estabelecidos pelas Instituições de ensino e seus professores, com apoio e supervisão dos sistemas de ensino, entidades mantenedoras e coordenações pedagógicas, atendidas as indicações, recomendações e diretrizes explicitadas no Parecer CNE/CP 01/2004. (BRASIL, 2004, p.32).

A Lei nº 10639, de 09 de Janeiro de 2003, foi umas das primeiras leis sancionadas pelo Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva e pelo ministro Cristovam Buarque resultado de um projeto da lei de autoria dos deputados federais Ester Grossi (professora do Rio Grande do Sul) e de Bem-Hur Ferreira (membro do Movimento Negro de Mato Grosso), os dois pertencentes ao partido dos Trabalhadores. Esta Lei 10639/03 instituiu os artigos 26A e 79B da Lei 9.394/1996 - Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), sendo que o 26A inclui no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-Brasileiras e Africanas, que foi posteriormente alterada pela Lei 11.645/2008, com a introdução da obrigatoriedade do ensino de História e Cultura dos Povos Indígenas Brasileiros e a 79B incluiu no calendário escolar o dia 20 de novembro como “Dia Nacional da Consciência Negra”.

A referida lei deverá ser aplicada nas escolas públicas e privadas do ensino fundamental e médio do país, cabendo aos diretores, equipe pedagógica e professores a responsabilidade da implementação da mesma, dentro das repartições escolares. Através da implementação da Lei 10639/03, que abrange o ensino de História da África e Cultura Afro-Brasileira, nas escolas, todos os alunos (e não somente os negros) terão a oportunidade de conhecer a verdadeira história da contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política na formação do Brasil, que possibilitará também elevar a auto-estima dos alunos negros ao descobrirem as suas raízes, de onde partiram, como foram trazidos da África, seus heróis, reis e rainhas, ou seja, através do aprendizado positivo sobre a cultura afro-brasileira e africana.

A Lei nº 11.645/08 incluiu no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. Sendo

que o art. 26A passou a vigorar com a redação que determinava o ensino da história e cultura afro-brasileira e indígena nas escolas de ensino fundamental e médio do País.

Neste sentido, a **Resolução do Conselho Nacional de Educação/ Conselho Pleno/BRASIL, resolução nº 1, de 17 de junho de 2004**, que homologou as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana (Brasil, 2004), fundamentada no Parecer CNE/CP3/2004, de 10 de maio de 2004, determina, entre outras coisas, as que constam nos artigos que mencionamos a seguir:

No **art 1º** institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, a serem observadas pelas instituições de ensino, que atuam nos níveis e modalidades da educação brasileira e em especial por instituições que desenvolvem programas de formação inicial e continuada de professores, no **Art. 2º** constituem de orientações, princípios e fundamentos para o planejamento, **execução e avaliação** da Educação, das relações Étnico-Raciais e Educação da História, Cultura Afro-Brasileira e Africana; **Art. 3º** Tem por meta a Educação de cidadãos atuantes no seio da sociedade brasileira que é multicultural e pluriétnica, capaz de por meio de relações étnico-sociais positivas, construir uma nação democrática, no **§ 1** tem como objetivo a **divulgação e produção de conhecimentos, postura e valores** que eduquem cidadãos quanto ao seu pertencimento étnico-racial, já no **§ 2**, o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana tem por objetivo **o reconhecimento e a valorização da identidade, história e cultura dos Afro-Brasileiros**, garantia de seus direitos de cidadão, reconhecimento e igual valorização das raízes africanas da nação brasileira, ao lado das indígenas, europeias e asiáticas (Resolução nº1, 2004).

A **Resolução** do Conselho Nacional de Educação/CP, voltada a produção do conhecimento, de atitudes, de posturas e valores que eduquem cidadãos brasileiros quanto a compreensão e com conhecimento teórico-conceitual mais aprofundado sobre a África e as questões afro-brasileiras.

Contudo, estas leis e seus instrumentos regulamentadores não surgiram do nada. Pelo contrário, estas são partes de um conjunto de medidas que se enquadram nas chamadas políticas de ação afirmativas implementadas pelo Estado

brasileiro nos últimos anos. Estas políticas obviamente são resultado do diagnóstico de profundas desigualdades entre brancos e não brancos e do racismo persistente na sociedade brasileira.

1.1 RACISMO NO BRASIL

O racismo permeia todas as etapas do ciclo da vida de um indivíduo negro ou mestiço no Brasil. O racismo está na família, ou seja, na primeira agência de socialização; o racismo está nas escolas; o racismo está em tudo que tem a ver com a produção simbólica da sociedade; o racismo está no mercado de trabalho; na violência policial. O racismo está, portanto, em todo o cotidiano das pessoas. (HASENBALG, 1979, p. 201).

Segundo Munanga, (2006, p.18) “os negros brasileiros descendentes de africanos que foram trazidos ao Brasil pelo tráfico de escravos eram oriundos da África subsaariana (região do continente africano abaixo da linha do deserto do Saara)”. Foram utilizadas três rotas para trazerem os africanos até o Brasil, que são: Oriental (através do oceano Índico); a rota transaariana (através do deserto do Saara e do mar Vermelho); a rota transatlântica (através do Oceano Atlântico). No Brasil a população negra corresponde a 50% do total da população do país, sendo o segundo país mais negro do mundo, perdendo apenas para a Nigéria.

O racismo no Brasil, afirma Munanga (2004) em relação a indígenas e negros, é um racismo ambíguo, que se afirma por sua negação, bastante amparado num imaginário de mestiçagem. Assim a história contada na escola é eurocêntrica, bem como a inteligência e a beleza mostrada pelos canais de televisão também são. Na televisão, por exemplo, a população negra é mostrada somente através de criminosos negros, favelados, ladrões e de enfatizar que tudo que é negro e que vem do negro é ruim.

Por isso, o movimento negro em todo o Brasil vem historicamente denunciando a ocorrência de exclusão dos alunos negros na educação escolar, mediante as abordagens de cunho não positivo. Assim, espera-se com a instituição do artigo 26A na LDB **reverter conteúdos e práticas pedagógicas através de formação continuada** professores e educadores, que precisam ter conhecimento e tratar a África, seu povo, sua história com respeito e valorização, bem como materiais didáticos e inovações pedagógicas que favoreça positivamente a

diversidade étnica e racial brasileira.

1.2 RACISMO NO CONTEXTO ESCOLAR

O histórico de exclusão e de racismo no contexto escolar registra fatos de longa data, inclusive fundados na legislação. **O Decreto n.º 1.331, de 17 de fevereiro de 1854**, no seu Art. 69, inciso 3º, estabelecia que nas escolas públicas do país não fossem admitidos a matrícula de escravos. O Decreto nº 7.031, de 6 de setembro de 1878, estabelecia que os negros só podiam estudar no período noturno. Subjetivamente, ao longo da história brasileira e salvo honrosas exceções, aos negros tem sido negado o acesso ao conhecimento por todos construído (Brasil, 2005, p. 7).

A escola tem um papel fundamental a desempenhar primeiramente porque é um espaço de convivência entre estudantes de diferentes origens, com costumes e dogmas religiosos diferentes, com visões do mundo diversas daquela que compartilha em família. (CAVALHEIRO, 2001, p. 56). A Lei nº 9.394/96 (LDB), em um dos seus artigos, que trata sobre a formação continuada, afirma o seguinte:

Artigo 67. Os sistemas de ensino promoverão a valorização dos profissionais da educação, assegurando-lhes, inclusive nos termos dos estatutos e dos planos de carreira do magistério público:

[...] II – aperfeiçoamento profissional continuado, inclusive com licenciamento periódico remunerado para esse fim;

[...] V – período reservado a estudos, planejamento e avaliação, incluindo na carga de trabalho;

VI – condições adequadas de trabalho. (BRASIL, 1996)

Já a Lei nº 10.172, de 09 de janeiro de 2001, (Brasil, 2001), que aprovou o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências, faz algumas menções sobre formação:

[...] Valorização dos profissionais da educação – particular atenção deverá ser dada à formação inicial e continuada, em especial dos professores. Faz parte dessa valorização a garantia das condições adequadas de trabalho, entre elas o tempo para estudo e preparação das aulas, salário digno, com piso salarial e carreira de magistério.

[...] A formação continuada assume particular importância, em decorrência do avanço científico e tecnológico e de exigência de um nível de

conhecimento sempre mais amplos e profundos na sociedade moderna. Este plano, portanto, deverá dar especial atenção à formação permanente (em serviço) dos profissionais da educação.

[...] A formação continuada dos profissionais da educação pública deverá ser garantida pelas secretarias estaduais e municipais da educação, cuja atuação incluirá a coordenação, o financiamento e a manutenção dos programas como ação permanente e a busca de parceria com universidades e instituições [d]e ensino superior. Aquela relativa aos professores que atuam na esfera privada será de responsabilidade das respectivas instituições. (BRASIL, 2001).

Desde 1988, a discriminação racial é crime, mas a nossa sociedade não deixa evidente o que é uma simples brincadeira ou uma ação racista. É necessário que a escola valorize as características étnicas e culturais dos diferentes grupos sociais que convivem no território nacional. Segundo Cavalheiro (2001, p. 60) outro fator é a rejeição, devido ao racismo, que precisa ser compreendida pelos educadores, negros ou brancos, porque assim podemos educar crianças para que convivam com as outras sem que seus traços e características fenotípicas possa produzir um sentimento de superioridade ou inferioridade, ou seja, devido aos seus olhos, seus lábios, sua cor da pele ou textura capilar.

A ausência de temas com abordagens sobre as contribuições dos negros na formação e no desenvolvimento do Brasil, a ausência de abordagens sobre elementos culturais dos negros, a negação da história dos negros na África e no Brasil são alguns entre tantos outros descasos e desrespeitos que contribuem para a evasão e exclusão de alunos e alunas negros do sistema do ensino brasileiro (CARVALHO, 2006, p.126).

1.3 MOVIMENTO NEGRO SUA LUTA REINVIDICATÓRIA - DIVERSIDADE

A resistência negra esteve sempre presente no processo da escravidão. Sendo assim, não havia entre senhores e escravizados uma relação de harmonia, viviam em constante desconfiança e tensões. Assim, os crescentes movimentos de escravizados desafiavam a tranquilidade pública (MUNANGA; NILMA, 2006, p.98).

A garantia dos direitos, de oportunidades, foi negada aos negros escravizados e aos seus descendentes, sendo estes negros reconhecidos através do fenótipo (a cor da pele, etc.). O Movimento negro até hoje luta pelos direitos e oportunidades de empregos dignos, na construção de igualdades e de acesso aos diversos setores

sociais. Segundo Sá (2010, p.10), a escola é uma das instituições formadoras de opinião que está repleto de identidades diversas, uma forma de micro sociedade com uma diversidade étnica e cultural enorme, tendo este ambiente o compromisso de formar a indivíduos íntegros, com valores, hábitos e comportamentos que respeitem as diferenças. É neste aspecto que movimento negro estabelece como ponto de pauta, além da denúncia, a reinterpretação da realidade social e racial brasileira, a reeducação da população e do meio acadêmico. (Ibidem, p. 10).

O Movimento Negro lutou desde o início do século XX contra a desigualdade e a discriminação sofrida pelos negros. A Frente Negra Brasileira foi um dos movimentos sociais que teve como um dos seus fundadores o ex-senador da república e militante negro Abdias do Nascimento. A Frente foi fundada em um de setembro de 1931, na rua da Liberdade, em São Paulo, como forma de organização política. Esta entidade ofereceu ao negro a escolarização, a organização, ajudou no combate a discriminação racial, foi uma entidade extremamente representativa dos desejos e aspirações da população negra da década de 1930 (MUNANGA; GOMES, 2006, p. 120).

O Teatro Experimental do Negro - TEN - surgiu na cidade de Rio de Janeiro com o objetivo de abrir as portas cênicas à atrizes negras e aos atores negros. O responsável por mais esta iniciativa foi Abdias do Nascimento. O TEN também foi o responsável pelo jornal Quilombo (MUNANGA; GOMES, 2006, p. 121).

Segundo Munanga (2006), o preconceito racial é um julgamento negativo prévio que os membros de uma raça, de uma etnia, de um grupo social, de uma religião constroem em relação ao outro. Esse julgamento prévio apresenta como característica principal a inflexibilidade, pois tende a ser mantido a qualquer custo, sem levar em conta os fatos que o contestem (MUNANGA; GOMES, 2006, p. 181). Segundo Itani (1998), os preconceitos raciais e sociais não são manifestações isoladas de um indivíduo, mas parte de um comportamento que pode ser notado dentro de uma coletividade. As pessoas o repetem sem se dar conta da agressividade contida em sua ação/palavra. Ao afirmar que todo negro é ladrão, ela esta generalizando, mas ao ser questionada a pessoa cai na realidade e percebe o seu gesto.

1.4 AÇÕES DO MOVIMENTO NEGRO

O movimento negro é o protagonista central no processo de dar maior visibilidade ao racismo e sua dinâmica de apagamento do legado do povo negro no conjunto da sociedade, ao mito da democracia racial, bem como ao processo de implicar o Estado para a efetivação da paridade de direitos sociais (GOMES, 2012, p. 23). O movimento negro instituiu o dia 13 de maio, Dia Nacional de Luta contra o Racismo e dia 20 de novembro de 1695, data da **morte de Zumbi**, como o dia da Consciência Negra, onde negros e brancos poderão refletir, compreender, reconhecer e respeitar as diferenças.

Em termos de atuação política-institucional pode-se citar duas importantes participações do movimento negro nos últimos anos. No ano de 2001 entre os dias 31 de agosto e 08 de setembro, houve a 3ª Conferência Mundial contra o Racismo, Discriminação Racial, e Intolerância conexa, na cidade de Durban, na África do Sul. O encontro reuniu mais de 2.500 representantes de 170 países, incluindo 16 chefes de Estados, cerca de 4.000 representantes de 450 organizações não governamentais (ONG) e mais de 1.300 jornalistas, bem como representantes de organismos do sistema das Nações Unidas, instituições nacionais de direitos humanos e públicos em geral. Totalizando 18.810 pessoas de todo o mundo foram creditadas para assistir ao trabalho da Conferência. Foram realizados vários eventos preparativos no mundo todo, com o objetivo de mapeamento das distintas formas de racismo.

Houve uma intensa mobilização dos militantes negros/as na preparação para a Conferência de Durban. Tal mobilização resultou em um documento oficial com propostas bastante avançadas e em uma das maiores delegações, composta por membros do governo brasileiro e do movimento negro, a participar da 3ª Conferência contra o racismo na África do Sul.

Segundo Joceline Gomes (2011, p.169), há um longo caminho a percorrer para que haja a superação das sequelas históricas imposta pela escravidão e pelo colonialismo. A conferência de Durban influenciou muitos setores, órgãos públicos, exemplificando temos o IBGE, onde passou a tornar mais evidente os dados relacionados ao critério de raça/ cor.

Segundo, o então Presidente da Fundação Cultural Palmares Elói Ferreira de Araújo.

[...] mesmo que outra conferência com este tema aconteçam, não podemos deixar de celebrar os avanços que a reunião de Durban proporcionou. Esse evento marcou o início de um novo tempo na política mundiais voltadas contra o racismo, a xenofobia e outras formas de discriminação. O Brasil está se adaptando a esse novo cenário. “O Estatuto, as cotas em universidade e alguns concursos mostram que estamos no caminho certo” (GOMES, 2012).

No Governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva foi criada, em 2003, a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da Republica (SEPPIR), cujo papel era fazer a articulação no âmbito do Estado brasileiro para a inclusão de políticas públicas de promoção da igualdade racial. A SEPPIR tinha como objetivo promover a igualdade e a proteção dos direitos individuais e de grupos; acompanhar e coordenar políticas de diferentes ministérios e outros órgãos; articular, promover e acompanhar a execução de diversos programas de cooperação com organismos públicos e privados, nacionais e internacionais; promover e acompanhar o cumprimento de acordos e convenções internacionais assinados pelo Brasil; auxiliar o Ministério das Relações Exteriores nas políticas internacionais (CALDAS; SANTOS; SANTOS, 2011).

Sabemos que temos um longo e penoso caminho a percorrer para superar os desmandos impostos pela escravidão e pelo colonialismo. Muitas batalhas hão de vir para conseguirmos modificar as condições sociais de mulheres negras e homens negros, bem como de mulheres e homens indígenas. Alguns passos já foram dados, a legislação no campo da educação escolar pode ser um avanço nesse processo de transformação da condição social para negros e indígenas.

CAPÍTULO 2 – A LEGISLAÇÃO EDUCACIONAL NO ESTADO DO PARANÁ

Há na legislação educacional brasileira uma série de dispositivos voltada ao reconhecimento da problemática social, como a desigualdade racial e o racismo. Assim, elencaremos algumas dessas legislações que convergem com os objetivos propostos pela Lei 10639/03, a saber: 1) Lei 9.394/1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB); 2) Resolução CNE/CP 01/04 de 17

de junho de 2004, do Conselho Nacional de Educação, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana; 3) Parecer 03/04 das Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação das Relações Étnico-Raciais, do Conselho Nacional de Educação; Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana; 4) Lei 12.288 de 20 de julho de 2010, que institui o Estatuto da Igualdade Racial.

Estas Leis pretendem mudar o padrão de relações raciais no Brasil já que em nosso país a negação da existência do racismo prejudica muito aqueles que são discriminados. Desta forma, concordamos com a ideia de que a educação pensada nos propósitos da atual legislação tem como objetivo ser:

Uma educação voltada para a produção do conhecimento, assim como para a formação de atitudes, posturas e valores que eduquem cidadão para (e na) diversidade étnico-racial, significa a compreensão e ampliação dos direitos à diferenças como uns dos pilares dos direitos sociais (GOMES, 2012, p. 22)

O caráter da Lei nº 10.639/03 e suas regulamentações atribuem ao Ministério da Educação a responsabilidade de induzir a implementação de uma educação para as relações étnico-raciais em parceria com os sistemas de ensino, para todos os níveis e todas as modalidades de ensino (GOMES, 2012, p. 22).

As Legislações que foram implantadas no Paraná para instituir as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, são as seguintes: 1) Deliberação 04/06, do Conselho Estadual de Educação, que trata das Normas Complementares às Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana; 2) Instrução 017/2006 da SUED, que especifica que a Educação das Relações Étnico-Raciais e o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana passa a ser obrigatória em todos os níveis e modalidades nos Estabelecimentos de Ensino da rede pública Estadual de Educação Básica; 3) Resolução 3399, de 05/08/2010, relacionada à composição das Equipes Multidisciplinares; 4) Instrução 010/2010, relacionada às Equipes Multidisciplinares; 5) Os cadernos Temáticos –

Educando para as Relações Étnico-Raciais, Governo do Paraná/SEED, (2006).
 História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, Governo do Paraná/SEED, (2005).
 Educando para as Relações Étnico-Raciais II, Governo do Paraná/ SEED; (2007).
 Orientação nº 002/2010, que orienta a composição das Equipes Multidisciplinares nos estabelecimentos de ensino da Rede Estadual de Educação e nos NREs.

Assim, a partir da publicação da Resolução nº 3399/2010, que define os critérios de composição das Equipes Multidisciplinares de Educação das Relações Étnico-Raciais nos NREs e nos Estabelecimentos de Ensino da Rede Estadual de Educação, e da Instrução nº 010/2010 que indica as atribuições e a organização do trabalho das referidas equipes, estas têm a obrigatoriedade de se compor a partir das orientações:

1. que os estabelecimentos de ensino da Rede Estadual de Educação e nas conveniadas deveriam compor suas Equipes Multidisciplinares no período de 01 a 22/10/10.
2. que a direção do estabelecimento de ensino deveria nomear uma Comissão Especial que, sob sua presidência, organizaria e conduziria o processo eletivo da Equipe Multidisciplinar.
3. que a comissão especial seria composta com as seguintes representações: de professores/as; de agentes educacionais; e do colegiado da escola. (www.diadia.pr.gov.br/nerea e www.diaadia.pr.gov.br/ceei)

2.1.1 Instituição das Equipes Multidisciplinares

A Resolução 3399, de 05 de agosto de 2010, que estabelece a composição das Equipes Multidisciplinares nos NREs e Estabelecimentos de ensino da rede estadual de educação básica define as Equipes Multidisciplinares como:

Instâncias de organização de trabalho escolar, preferencialmente coordenadas pela equipe pedagógica, e instituída por Instrução da SUED/SEED de acordo com o disposto no Art. 8º da Deliberação nº 04/2006 – CEE/PR, com a finalidade de orientar e auxiliar o desenvolvimento das ações relativas à Educação das Relações Étnico-Raciais e ao Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena, ao longo do período [...] Equipes Multidisciplinares se constituem por meio de articulação das disciplinas da base nacional comum, em consonância com as Diretrizes Curriculares Estaduais da Educação básica e Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, com vistas a tratar da História e Cultura da África, dos africanos, Afrodescendentes e Indígenas no Brasil, na perspectiva de contribuir para que o/a aluno/a negro/a e indígena mire-se positivamente, pela valorização da história de seu povo, da cultura, da contribuição para o país e para a humanidade. (**Resolução 3399/10, publicado no Diário Oficial nº 8294 de 27/06/10**).

A Resolução dispõe sobre a composição das Equipes Multidisciplinares. No que se refere a composição das equipes nos estabelecimentos escolares, vale destacarmos o artigo terceiro que determina que a composição nos Estabelecimentos de ensino deverão respeitar o porte das escolas.

Sobre a participação na equipe, o documento dispõe no artigo sexto que a participação na Equipe Multidisciplinar se condiciona a estar em exercício no estabelecimento de ensino por no mínimo 3 (três) meses, bem como a apresentar propostas de ações para a implementação da Educação das Relações Étnico-Raciais ou História e Cultura Afro-Brasileira, Africana e/ou indígena, ter participado de eventos de formação continuada sobre a temática e ter desenvolvido trabalhos ou ações voltadas à temática. O documento determina ainda que a Equipe Multidisciplinar será composta a cada dois anos, até um mês após o início do ano letivo e tomará posse no mesmo ano letivo em que ocorreram as indicações e nunca poderá ocorrer após o encerramento do período letivo. E que nas escolas de comunidades Quilombolas e Indígenas ou que atendem essa população deverá ter na composição da equipe um representante com pertencimento, e/ou representante do Movimento Negro, representante lideranças Indígenas, pedagogo/a. (Resolução 3399/2010).

CAPÍTULO 3 – ANÁLISE DE PLANOS DE AÇÕES EM DUAS ESCOLAS ESTADUAIS DE CURITIBA

3.1 METODOLOGIA

Tendo como principal interesse compreender as atitudes de professores e educadores frente à obrigatoriedade de implementação da educação étnico-raciais e o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana conforme determinado pela atual legislação educacional, buscamos identificar indícios sobre o “modelo mental” predominante no discurso das equipes multidisciplinar das duas escolas em questão nesta monografia.

Desta forma, utilizamos como referência a metodologia da “Análise Crítica do Discurso” desenvolvida pelo pesquisador holandês Teun van Dijk. Nessa metodologia esse pesquisador procura desenvolver uma abordagem interdisciplinar do discurso dando ênfase a sua função social e política. Para tanto, articula os instrumentos da linguística, da sociologia, da filosofia, das ciências políticas, da história, entre outras disciplinas, para compreender fenômenos sociais apreendidos discursivamente em uma sociedade (VAN DIJK, 2012).

Conforme argumenta, um desses fenômenos sociais apreendidos discursivamente é o “racismo” (Ibidem, p.15). O suposto é que “as pessoas aprendem a ser racistas com seus pais, seus pares [...] na escola, com a comunicação de massa, do mesmo modo que com a observação diária e a interação nas sociedades multiétnicas” (idem). Obviamente que esse aprendizado racista não é totalitário, ou seja, pode ser contestado e recusado. Permitindo brechas para um contra discurso de resistência antirracista.

Geralmente, os discursos raciais são explicados, legitimados e sustentados pelas “elites simbólicas” (jornalistas, escritores, professores, etc.) que, quase sempre, advém do grupo dominante. No caso do racismo, a parcela predominantemente branca da sociedade.

Com isso, Van Dijk, parte do pressuposto de que o racismo é aprendido através do discurso veiculado por diversas instituições sociais, entre outras a escola e os meios de comunicação de massa (idem). Em linhas gerais, esse discurso opera de forma sutil tendendo a expor os aspectos negativos e ocultar os aspectos

positivos dos “Outros” discriminados (Idem). Portanto, esse discurso pode influenciar as mentes dos receptores e se generalizar como modelos mentais coletivos. Van Dijk sintetiza o raciocínio da seguinte forma:

Nossos discursos e outras ações sociais são, portanto, baseados em modelos mentais [...] que são informados por ideologias e atitudes *socialmente* compartilhadas. Temos, assim, um círculo vicioso e vemos como o discurso está crucialmente envolvido na reprodução do racismo, em geral, e na formação de ideologias racistas subjacentes, em particular (Ibidem. p. 20).

Vale ressaltar que na fundamentação teórica desenvolvida por Van Dijk um grande destaque é dado à instituição escolar. Segundo afirma, o discurso da educação e da pesquisa é, ao lado de outros, os mais influenciáveis ideologicamente, “mais que qualquer outro discurso, o discurso pedagógico define a ideologia oficial e dominante, estabelecendo o conhecimento e a opinião oficial, sem dar e lugar a debate ou controversas” (Ibidem. p. 21).

Sendo assim, parece ser pertinente afirmar que a investigação sobre os modelos mentais racistas predominantes nas escolas, em particular, pode informar muito sobre a forma com a obrigatoriedade da legislação educacional esta sendo cumprida. É nesse sentido que esta metodologia nos permite pensar os “modelos mentais” subjacentes no contexto escolar a partir de indícios encontrados em “textos” (plano de ação e avaliação) que os membros das equipes multidisciplinares elaboraram conforme determinação da Secretaria de Educação do Paraná.

Para isso, Van Dijk indica dois procedimentos para o desenvolvimento de uma pesquisa desse tipo. Segundo afirma:

Precisamos de uma análise das estruturas e das estratégias dos gêneros do discurso pedagógico (currículos, livros didáticos, aulas, interação em sala de aula), assim como uma análise contextual para descrever e explicar como esses discursos contribuem fundamentalmente para a reprodução do racismo (Idem).

Assim temos dois procedimentos distintos, mas interrelacionados: 1) análise das estruturas e das estratégias dos gêneros do discurso pedagógico (discurso em torno da prática pedagógica para o trabalho com relações étnico-raciais e 2) análise contextual (persistência do racismo na sociedade e nas escolas brasileiras, contexto escolar eurocêntrico, estereotipia, etc.).

No caso desta monografia, se procederá com análise de textos-registros das práticas pedagógicas para o trabalho com as relações étnico-raciais, planos de ação e as avaliações produzidas e entregues pelas equipes multidisciplinares de duas escolas estaduais à Secretaria de Educação do Estado do Paraná. Para a análise das estruturas e das estratégias dos gêneros do discurso pedagógico com relação ao racismo, optamos pela análise documental simples ressaltando aspectos de estilo textual e redação, bem como os aspectos positivos e negativos constatados e relacionados com a especificidade do racismo no Brasil, bem como da obrigatoriedade da legislação educacional brasileira e paranaense.

3.2 DADOS DA PESQUISA

A partir do padrão de relações raciais na sociedade brasileira e do que determina a Lei 10.639/03 e as Diretrizes Curriculares para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana (parecer CNE 03/2004), buscamos compreender por meio de dois planos de ação – **colégio A e Colegio B** – analisar os resultados sugeridos pelo plano e alcançados como relatados nos referidos documentos postados no banco de dados da SEED/DEDI/CERDE/CELEPAR, pelas respectivas Equipes Multidisciplinares.

3.3 ANÁLISE CRÍTICA DO PLANO DE AÇÃO DO COLÉGIO “A”

A análise documental do plano de ação do **Colégio A** sugere questões que apontam para uma participação bastante fragilizada. Ao redigir o plano, os membros da equipe multidisciplinar mostraram-se desatentos com a redação. Em algumas partes existem repetição do texto, por exemplo: “Também organizamos um seminário com o firme propósito de discutirmos como realizaríamos as atividades pertinentes a esta equipe e como estas seriam executadas no decorrer do ano letivo” (Anexos, plano A, p. 38). Notamos também erros ortográficos, como: “[...] estamos nos inserindo nessa luta nos propondo a explorar essa temática, a qual ainda está muita a quem do objetivo a ser alcançado” (ibidem, p. 39, grifo nosso).

Com relação ao conteúdo, consta no plano A, que as ações foram desenvolvidas em 6 (seis) encontros temáticos, entre as atividades sugeridas pelo plano estão: encontros, filmes, seminários, etc. Assim podemos relacionar alguns aspectos positivos e aspectos negativos encontrados na avaliação do plano postado pelo Colégio A. Entre os aspectos positivos pode ser destacado os seguintes registros: 1) participação de alguns pais como palestrantes (Ibidem, p. 40); 2) a criação da equipe com os 15 integrantes; 3) a presença da família na escola; 4) esforço para uma abordagem da temática positivamente.

Entre os aspectos negativos, podemos destacar os seguintes registros: 1) Verificou-se um “deslocamento” do tema das relações Étnico-raciais para a questão da violência na escola. Isso se evidencia a partir dos temas trabalhados nas palestras, entre outros: “violência e a paz”, “bullying”, “valores e ética nos tempos atuais”, “como vencer os obstáculos e não desistir até alcançarmos a vitória”, “amor e paz” e “respeito” (ibidem, p. 42-43); 2) a falta de preparação dos professores e da equipe e a culpabilidade do gestor na formação, “entre eles a falta de livros didáticos, o número de cursos e especialização sobre história da África, cultura afro-brasileira e indígena era muito pequeno, não atendendo ao grande número de professores que necessitam de capacitação” (ibidem, p. 38); 3) constatamos também um problema quanto ao desenvolvimento do trabalho. Ao apontar que os professores da equipe desenvolveriam trabalhos concomitantes com os seus conteúdos, o texto sugere uma restrição do trabalho aos membros da equipe, ou seja, que a equipe pode não ter conseguido consenso junto à comunidade escolar em torno da temática étnico-racial. Tem-se o seguinte trecho: “todos os professores participantes da Equipe Multidisciplinares irão trabalhar em suas aulas concomitantemente seus conteúdos e a temática Étnico racial” (ibidem, p. 38). Notou-se também uma confusão conceitual com referência aos termos: racismo, bullying e preconceito racial. Em uma das palestras, chegou-se a usar o termo “bullying racial”. Sabe-se, entretanto, que bullying se caracteriza como uma violência a indivíduos enquanto o racismo pesa sobre uma coletividade de pessoas, ou seja, a partir das características dos indivíduos que evidenciam seu pertencimento a determinado grupo social. Como destaca o trecho: “ex: [...] diante de toda essa reflexão e descrição acerca do bullying racial é importante mencionarmos que todas essas características violentas que os agressores oferecem [...]” (ibidem, p. 43).

Percebemos a partir da leitura e análise do plano da escola A, a falta de, entre

outras coisas, formação continuada. Existem indícios de que as práticas da Equipe Multidisciplinar em questão se distanciaram do que sugeriu o parecer CNE 03/04, e a instrução nº 02/2010. Tomando como parâmetro as sugestões do parecer que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de Histórias e Cultura Afro-Brasileira e Africana, a ideia não é isolar o conteúdo de história ou de qualquer outra disciplina, mas desconstruir os preconceitos e as visões distorcidas acerca da participação dos povos africanos e dos afro-brasileiros na produção de riquezas culturais e materiais. Como encaminhamento, o parecer destaca também a necessidade de articulação com o movimento social negro e os núcleos de pesquisas sobre relações raciais das universidades.

Notamos que a equipe multidisciplinar do **Colégio A** não prestou a devida atenção a este aspecto, pelo menos a partir daquilo que foi relatado no seu plano de ação e na avaliação.

3.4 ANALISE DO PLANO DE AÇÃO DO COLÉGIO “B”

Embasada na Lei 10.639/03 e nas Diretrizes Curriculares para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana buscamos por meio da avaliação do plano de ação do **Colégio B**, localizado na periferia de Curitiba, núcleo de Curitiba, analisar os resultados alcançados na implementação da referida Lei por sua Equipe Multidisciplinar. A Comunidade escolar é composta por alunos da classe média baixa, moram em sua maioria em casa própria, 50% possui carro próprio, acesso a internet, telefone fixo e celular. A Equipe Multidisciplinar é composta por 15 membros integrantes do colegiado escolar/comunidade.

Primeiramente vale destacar que o referido Plano de Ação está bem estruturado, procurando dar condição de um bom conhecimento através dos objetivos e ações elencadas.

A partir da análise das ações e das avaliações que foram efetivadas, no tocante a inclusão da temática História e cultura afro-brasileira e Africana foi constatada alguns aspectos positivos e negativos no colégio B. Entre os aspectos positivos podem-se destacar os seguintes registros: 1) a permanência dos 15

integrantes durante a vigência de dois anos, 2) a postura da equipe em buscar formação continuada em espaços articulados pela sociedade civil organizada: fórum de Educação Étnico-Racial; Encontro de Educadores/as negra e negros e/ou Educação das relações da diversidade e gênero (Anexos, plano B, p. 53). 3) fundamentação pertinente tanto do plano de ação como da avaliação. 4) a preocupação com a formação continuada para toda a comunidade escolar. Como aspecto negativo vale registrado, entretanto, a impossibilidade de realizar formação continuada mais sistematicamente. Na avaliação do plano do colégio B, encontramos registro de outro ponto negativo no período de desenvolvimento que foi a “resistência” por parte comunidade escolar em realizar as atividades de efetivação da legislação aqui discutida. “a maioria não colocava a Lei em prática”, “encontrou muita dificuldade na aplicação de suas ações devido a grande resistência por parte de alguns professores, pois muitos viam como um trabalho a mais a ser realizado...” (idem).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho de pesquisa se deu através das informações presentes na internet e no banco de dados da CELEPAR e da SEED. Tais dados foram obtidos a partir da autorização da Diretora da pasta, com recorte entre 2010 a 2012. Sendo que a coleta dos materiais para análise teve a duração de 10 dias. De posse dos dados para esta monografia, foram organizados três capítulos cujo objetivo foi evidenciar a realidade do trabalho exigido para a implementação da Lei 10.639/03 em duas escolas estaduais do Paraná.

A partir dos documentos foi constatado que no período entre 2010 a 2012 foram poucas escolas do NRE de Curitiba que implantaram as Equipes Multidisciplinares e aquelas que o fizeram tiveram dificuldade na implementação de práticas pedagógicas que visava a efetivação da legislação das relações étnico-raciais. De forma geral, os principais pontos alegando foram dificuldade de materiais didáticos e de formação continuada.

Os dados organizados e destacados nesta monografia, ou seja, a análise dos planos de ações do colégio A e B com relação a implementação ou não das ações referentes a tal legislação, em linhas gerais, revelam pontos importantes para a reflexão sobre a implementação da legislação educacional que determina a obrigatoriedade do ensino da temática étnico-racial. Parece que apesar do esforço de parte dos educadores em cumprir a determinação persiste a falta de capacitação para o desenvolvimento do trabalho com eficácia, bem como uma resistência, consciente ou inconsciente, em negar o racismo e, portanto, a necessidade de implementação de práticas pedagógicas mais inclusivas em termos da diversidade étnico-racial. Cabe ressaltar que essa perspectiva também foi constatada em pesquisa mais amplas (GOMES, 2012).

Desta forma, nosso estudo, a exemplo de pesquisas de âmbito nacional, aponta no sentido da persistência no discurso pedagógico sobre o racismo e as relações raciais que ainda preserva estereótipos, como sugere o “deslocamento” do trabalho sobre história e cultura afro-brasileira para o trabalho sobre a violência e a “resistência” à valorização da diversidade étnico-racial em nossa sociedade (Colégios A e B). Por outro, aponta com indicativo a necessidade de investimento em formação inicial e continuada de professores, bem como com a articulação do trabalho pedagógico nas escolas e as iniciativas do movimento social negro (Colégio B).

Nesse sentido, os indícios de um “modelo mental coletivo” existente no interior das escolas se vincula com elemento de uma mentalidade étnico-racial mais geral que nega a dominação racial branca na sociedade brasileira (VAN DIJK, 2012). A principal estratégia de manutenção da dominação racial branca no discurso pedagógico que podemos inferir dos documentos apresentado pelos colégios A e B parece ser evitar tratar a questão das relações raciais abertamente. Isso, de certa forma, coincide com as manifestações do racismo em outros espaços e instituições sociais brasileiras.

REFERÊNCIA

Brasil. **Orientações e Ações para a Educação das Relações Étnico-Raciais**. Brasília: SECAD, 2010

CARVALHO, Andréa Aparecida de Moraes Cândido de Carvalho. **Negros de Lages. Memórias e Experiências de Afrodescendentes no Planalto Serra no: 1960-1970**. Monografia de graduação em História. UDESC, Florianópolis, 2001

CAVALLEIRO, Eliane. **Do silêncio do lar ao silêncio escolar: racismo, preconceito e discriminação na educação infantil**. São Paulo: Contexto, 2001.

ITANI, Alice. **Vivendo o preconceito em sala de aula**. In: AQUINO, Julio Groppa. (org.) **Diferenças e preconceitos na escola: Alternativas teóricas e práticas**. São Paulo: Summus, p. 119-134, 1998.

GOMES, Nilma Lino (org) **Práticas Pedagógicas de trabalho com relações étnico-raciais na escola na perspectiva da Lei nº 10.639/03**. Brasília: MEC; UNESCO, 2012.

HASENBALG, Carlos A. **Discriminação e desigualdade raciais no Brasil**. Rio de Janeiro. 1979.

Ministério da Educação/ Secretaria da Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. **Orientações e Ações para a Educação das Relações Étnico-Raciais**. Brasília: SECAD, 2010.

MUNANGA, Kabengele. **Origens africanas do Brasil contemporâneo: histórias, línguas, culturas e civilizações**. São Paulo: Globo, 2009.

MUNANGA, Kabengele; GOMES, Nilma Lino. **O Negro no Brasil de Hoje**. São Paulo: Global, 2006.

Brasil. **Orientações e Ações para a Educação das Relações Étnico-Raciais**. Brasília: SECAD, 2010.

PARANÁ. Deliberação 04/06 do Conselho Estadual de Educação (CEE/PR). **Normas Complementares às Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**.

SÁ, Wellington Santana Moraes de. **A presença do negro no livro didático de história do ensino fundamental: uma primeira análise**. Monografia de licenciatura em pedagogia- Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2010.

VAN DIJK, Teun A.(org). **Racismo e discurso na América Latina**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2012.

SITES CONSULTADOS

GOMES, JOCELINE. Conferência de Durban. Disponível em:

<http://www.palmares.gov.br/?p=13958>, acesso em: 21/11/2014.

SEED/PR. disponível em:

<http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=560>> acesso em 20/08/2014

<http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=1380> acesso em 22/08/2014

http://www.cee.pr.gov.br/arquivos/File/pdf/Deliberacoes/2006/deliberacao_04_06.pdf,

pdf, acesso em dezembro/ 2014

<http://www.educacao.pr.gov.br/arquivos/File/instrucoes/instrucao172006>. Pdf, acesso em dezembro de 2014

<http://www.educacao.pr.gov.br/arquivos/File/instrucoes/instrucao102010>. Pdf acesso em dezembro de 2014

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12288. Htm acesso em dezembro de 2014

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11645. Htm, acesso em janeiro 2015

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.639. Htm, acesso em dezembro 2014

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm, acesso em dezembro 2014

<http://www.legislacao.pr.gov.br/legislacao/pesquisarAto.do?action=exibir&codAto=69167&indice=1&totalRegistros=1>, acesso em janeiro 2015

<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/res012004>. Pdf, acesso em janeiro de 2015

<http://www.educacao.pr.gov.br/arquivos/File/orientacoes/orientacao0022010dedi>.

Pdf, acesso em janeiro 2015

http://www.xiconlab.eventos.dype.com.br/resources/anais/3/1308347707_ARQUIVO_CONLABFINAL-AICaldas. Pdf (Caldas, Santos, Santos, 2011). Acesso em fevereiro

2015.

ANEXOS

Segue abaixo o plano de ação desenvolvido pelo Colégio Estadual A.

PLANO DE AÇÃO/2012

1- IDENTIFICAÇÃO DA EQUIPE MULTIDISCIPLINAR:

a- Localização[...]

b- Integrantes da Equipe Multidisciplinar:[...]

Agente Educacional I, Agente Educacional I, Professora- Ciências, Agente Educacional II, Agente Educacional II, Pedagoga, Estâncias Colegiadas CE, Professora- Artes, Professora- Matemática, Professora- Geografia.

c- Convidados:

Professora de História, Professor de Português, professor Matemática.

d- Comissão Especial:

Coordenadora/ Pedagoga, Agente Educacional II, Estâncias colegiada C.E.

2 OBJETIVOS A SEREM ALCANÇADOS:

- Produzir conhecimentos, bem como atitudes, posturas e valores que eduquem cidadãos quanto à pluralidade étnico-racial, tornando-os capazes de interagir objetivos comuns que garantam respeito aos direitos legais e valorização de identidade cultural brasileira e africana, como outras que direta ou indiretamente contribuíram (contribuem) para a formação da identidade cultural brasileira.

3 JUSTIFICATIVA DAS AÇÕES A SEREM REALIZADAS:

- Propiciar aos educandos conhecimentos das riquezas culturais, reflexão crítica das lutas diárias, pois através do conhecimento, atinge-se a direção proposta, da visão positiva as diversidades que contribuem para os enriquecimentos de ser cidadão.
- Pode-se dizer que a África é um continente economicamente e culturalmente rico, pois apresenta uma diversidade de riquezas minerais,

como petróleo e pedras preciosas Seus habitantes, ao contrário do outros pensam, são inteligentes, criativos e trabalhadores.

- Disseminar conhecimentos científicos sobre as sociedades indígenas, tendo em vista a inter-relação entre o meio natural e seu desenvolvimento sustentável e o bem estar cultural, social, econômico e físico das populações indígenas.

4 AÇÕES A SEREM REALIZADAS:

A ideia não é fragmentar e nem isolar o conteúdo Afro e ou indígenas, mas desconstruir visões distorcidas através das riquezas culturais e materiais que contribuíram na história da humanidade.

O processo de educar entre grupos étnicos-raciais, é proporcionar conhecimentos, para que posturas e valores que educam cidadãos interajam respeitando os direitos legais com visão a sociedade democrática, bem como promover discussão , reflexão e análise das leis.

- Subsidiar os professores na elaboração do plano de trabalho docente no que se refere a EREER.
- Divulgar a importância e objetivos da Equipe Multidisciplinar.
- Promover estratégias para mapear a comunidade escolar a conhecer a sua história e a realidade escolar.

Desenvolver estratégias de conscientização da comunidade escolar, sobre o tema, promovendo informação e reflexão sobre as relações entre a cultura africana e indígena. A decisiva participação dos seus antepassados e da sua própria construção da nação brasileira.

- Pesquisar, conhecer, sequenciar as contribuições das personalidades negras em diferentes áreas do conhecimento (alimentação, arte, música, trabalho literatura, dança, tradições...).

A partir da aprovação da lei nº 10639/03 que altera a LDB 9394/96 o ensino de História e Cultura Afro-brasileira nos Currículos escolares , o Colégio Estadual Professor Cleto junto com a Equipe Multidisciplinar inicia-se os debates sobre o assunto. A ideia não é de isolar o conteúdo de história da África, mas desconstruir

os preconceitos e as visões distorcidas acerca da participação dos africanos e do afro-descendente na produção de riquezas culturais e materiais na história da humanidade, com ênfase na história do Brasil.

Nosso país começou a ser colonizado pelos portugueses, mas sabemos que vários povos vieram para o Brasil, conhecemos nossas origens? Milhares de africanos chegaram aqui como escravos, como eles viviam na África? O conceito de raça é uma verdade científica ou uma invenção ideológica? Trata-se sem dúvidas, de um tema de grande atualidade e evidente relevância social, pois sempre deixamos de lado esta importante parte da história do nosso país. Nós professores, nossos alunos e a sociedade em geral desconhecem a trajetória deste continente que é o berço da humanidade e, mesmo assim tão ignorado por ela. Conhecer a África é conhecer melhor o ser humano e tudo o que ele já realizou.

A Equipe Multidisciplinar abordará o assunto África, sua influência e consequência da ação escravocrata na sociedade brasileira em diferentes momentos. Sempre tendo presente a injustiça social gerada pela desumanidade da escravidão tendo reflexos em nossa cultura e realidade.

Tópicos a serem desenvolvidos:

- Civilização e reino Africano;
- Tráficos e Escravização de africanos;
- Ocupação colonial;
- A diversidade e a relação intercultural após a diáspora africana;
- Combate ao racismo.
- Uso das palavras do nosso idioma derivadas das línguas africanas como forma de despertar ao aluno para as influências africanas na nossa cultura;
- Mapas históricos e geográficos que irão facilitar a localização do continente e seus respectivos reinos antigos ou territórios;
- Exposição e leitura de histórias paranaense que tem como personagem o africano (mitos);
- Trabalho com transparências de fotos da cultura africana;
- Pesquisa e exposição da culinária afro-brasileira;

- Debates e Seminários sobre o dia da consciência negra, sobre a lei federal, o que estas mudanças estão mostrando;

5 CRONOGRAMA

(Início em abril /2012) com seminários e palestra, apresentação e exposições de trabalhos .

6 AVALIAÇÕES DAS AÇÕES REALIZADAS PELA EQUIPE.

A Equipe Multidisciplinar deverá trabalhar em conjunto com a Equipe Pedagógica, para obter êxito neste processo de construção da identidade étnico-racial articulado com o PPP, PPC e Regimento Escolar. É importante destacar que a Equipe Multidisciplinar estará promovendo Semana Cultura, feiras de multiculturalismo, ampliação do acesso de informação a respeito do tema.

7 REFERÊNCIAS:

Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.

- Lei 10.639/2003
- Instrução nº 010/2010 – SUED/SEED
- Instrução nº 017/2006 SUED/SEED
- Resolução nº3399/2010 GS/SEED
- Deliberação nº 04/2006 – CEE/PR
- Cadernos Temáticos:
 - Educando para as relações étnico-racias- Governo do Paraná /SEED.
 - História e Cultura Afro-Brasileira e Africana – Governo do Paraná/SEED.
 - Educando para as Relações Étnico-Raciais II – Governo do Paraná/SEED.
- Leis nº 10639/03 e nº 11.645/08 que alteram a Lei nº 9394/96 no artigo 26.

- Constituição Federal 1988.
- Estatuto de Igualdade Racial

8 LEITURAS REFERENTES À LEGISLAÇÃO:

- Constituição Federal;
- Lei 10.639/03 e Lei 11.645/08 – que tratam a obrigatoriedade de incluir no Currículo escolar as discussões referentes à História e Cultura Africana, Afro-brasileira e Indígena;
- Decreto nº 65810/69, que promulga a convenção internacional sobre a eliminação de todas as formas de discriminação racial;
- Lei nº 7437/85, que inclui as contravenções penais à prática de atos resultantes de preconceito de raça, cor, sexo ou estado civil;
- Lei 7616/89, que define crimes de preconceito de raça ou cor.
- Resolução 01/04, do Conselho Nacional de Educação, que Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana;
- Parecer 03/04 das Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação das Relações Étnico-raciais, do Conselho Nacional de Educação ;
- Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana;
- Deliberação 04/06, do Conselho Estadual de Educação, que trata das Normas Complementares às Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana;
- Instrução 017/2006 da SUED, que especifica que a Educação das dos estabelecimentos de ensino da rede pública estadual de Relações Étnico-raciais e o ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana passa a ser obrigatória em todos os níveis e modalidades Educação Básica;
- Estatuto da Igualdade Racial - Lei 2288/010;

- Resolução 3399/2010, relacionada à composição das Equipes Multidisciplinares;
- Instrução 010/2010, relacionada às Equipes Multidisciplinares;
- Convenção 169 OIT (Organização Internacional do Trabalho);
- Declaração das Nações Unidas sobre os Povos Indígenas;
- Lei 8072/1990 – Lei de crimes hediondos, que inclui crimes relacionados às questões de gênero;
- Lei Federal 8069/1990 – Estatuto da Criança e do adolescente;
- Lei Federal nº 11.340/2006 – Lei Maria da Penha.

9 AVALIAÇÃO DO PLANO DE AÇÃO FEITA PELOS PROFESSORES DA EQUIPE MULTIDISCIPLINAR DO COLÉGIO ESTADUAL A, POSTADA NA DOCUMENTAÇÃO DA CELEPAR/SEED/DEDI/CERDI.

Estado do Paraná; Secretaria da Educação Registro da Equipe Multidisciplinar - 2012 <#> * Alunos * Educadores * Gestão Escolar * Comunidade Memorial Descritivo salvo com sucesso! Memorial Descritivo (Único Trabalho) Situação: Enviado SEED Organizador: [...] Estabelecimento: [...] CURITIBA Email:[...] Fone:[...] Caracterização da Comunidade Escolar: Aspectos geográficos, populacionais (quem são suas/seus sujeitos? Mulheres, homens, brancas/os, negras/os, indígenas, homossexuais, heterossexuais, lésbicas?), históricos e econômicos. Temos uma comunidade integrada onde todos interagem, oriunda de diversas localidades da cidade, buscando uma escola pública de qualidade apesar de existir também um percentual de pais omissos com a responsabilidade para com seus filhos, não acompanhando o processo e só buscando informações no final do ano letivo. No entanto nossa comunidade está inserida em uma sociedade capitalista, marcada pela desigualdade social e injusta, em que impede o desenvolvimento, ascensão social e cultural das camadas menos favorecidas. Diagnóstico da implementação das leis 10.639/03 e 11.645/08 quando da criação da equipe: Antes da criação das equipes, quais eram as ações referentes às Leis 10.639/03 e 11.645/08 e /ou Educação das Relações da Diversidade Étnico-Racial).O diagnóstico tem a função de fornecer dados para uma efetiva avaliação das possíveis mudanças de hábitos,

conceitos, visões de mundo, etc., a partir da criação das equipes. Por uma série de motivos essas leis eram cumpridas de maneira muito tímida antes da criação da equipe, entre eles a falta de livros didáticos, o número de cursos e especializações sobre história da África, cultura afro-brasileiras e indígenas a muito pequeno, não atendendo ao grande número de professores que necessitavam de capacitação. A Composição da Equipe: Identificação com histórico de alterações. 4. **A COMPOSIÇÃO DA EQUIPE:**[...] Agente Educacional I –[...]Agente Educacional I – [...] Professora- Ciências-[...] Agente Educacional II[...] Agente Educacional II[...] Pedagoga- [...] Estâncias Colegiadas CE.[...]Professora- Artes-[...] Professora[...]Matemática-[...] Professora, Convidados: [...]Professora[...] História- - Professor[...]Português[...] professor-matemática d- Comissão Especial: [...]. Coordenadora/Pedagoga. [...] Agente Educacional II. [...]. Estâncias colegiadas C.E. Ao(s) 30 dia(s) do mês de abril do ano de 2012 foi feita a suplência do(s)/da(s) seguinte(s) componentes da Equipe Multidisciplinar do COLÉGIO A, Ensino fundamental e Médio. Nome do(a) componente que será substituído, cargo/função/área de atuação Nome do(a) componente que suprirá a vacância, cargo/função/área de atuação [...] - Professor / Ed.Física [...] Professor/ Matemática. A partir desta data a Equipe Multidisciplinar da escola/colégio ficará composta da seguinte forma: Pedagoga/a: [...] Agente educacional I:[...]Agente Educacional II:[...] Instâncias Colegiadas: [...]Professor/a da área de Humanas:[...] Professor/a da área de Exatas:[...] Professor/a da área de Biológicas:[...]Convidados:[...]. Histórico do desenvolvimento do plano de ação. Os caminhos percorridos: Erros e acertos, obstáculos e resultados. Montamos a Equipe Multidisciplinar e em parceria com nossos convidados elaboramos nosso plano de ação. Também organizamos um seminário com o firme propósito de discutirmos como realizaríamos as atividades pertinentes a esta Equipe e como estas seriam executadas no decorrer do ano letivo. BREVE DESCRIÇÃO EMD- 2012 06/06/2012 Em nosso primeiro encontro realizado, em parceria com nossos convidados elaboramos nosso plano de ação. Também organizamos um seminário com o firme propósito de discutirmos como realizaríamos as atividades pertinentes a esta Equipe e como estas seriam executadas no decorrer do ano letivo. chegando a seguinte decisão: todos os prof. participantes da EMD irão trabalhar em suas aulas concomitantemente seus conteúdos e a temática Étnicos Racial. 30/06/2012 segundo encontro realizado os professores relataram como estão desenvolvendo suas atividades em paralelo com

o trabalho da EMD, trazendo notícias positivas de um trabalho gratificante e enriquecedor junto aos educandos. A EMD junto com os alunos elaboraram cartazes para exposição no Colégio, apontamento e classificação em sala pelas equipes, os alimentos indígenas e africanos encontrados nos sites pesquisado. 28/07/2012 no terceiro encontro - realizado propomos como contribuir para a superação dos preconceitos e atitudes discriminatórias. A discussão sobre inserção da temática étnico-racial, com ênfase nas culturas afro-brasileira e africana, na formação de professores e no currículo da Educação Básica, completou seis anos desde que o governo federal outorgou a Lei nº 10.639/2003, que rege a importância do tema para o ensino escolar. Apesar da intensidade das discussões que o tema vem suscitando na educação brasileira, a questão ainda não faz parte das preocupações da grande maioria das escolas. . "A Lei nº 10.639 é específica em falar sobre áreas (História, Artes, Língua Portuguesa) Pensando nisso, nós, professores e funcionários do colégio A, estamos nos inserindo nessa luta nos propondo a explorar essa temática, a qual ainda está muito a quem do objetivo a ser alcançado. Também acreditamos que não devemos explorar esse tema apenas em semanas culturais, gincanas, ou seja, atividades isoladas e conteúdistas. 25/08/2012 quarto encontro realizado o tema foi Indígena: Eles tiveram papel importante na nossa história e na nossa cultura com seus hábitos, costumes, vocabulário, técnicas alimentação, etc... A atividade desenvolvida com os alunos do Ensino Médio foi o ensino da Arte , através de materiais recicláveis - teatro de máscara - histórias em quadrinho etc... 29/09/2012 No quinto encontro foi abordado o tema matemática através dos tempos envolvendo os diversos povos, suas culturas, sociedade e etnias. atividade desenvolvida a partir da história da matemática através dos tempos, foi discutido com os alunos de 8º anos a evolução da matemática nos diversos povos e como essa ciência tem contribuído com a humanidade. Foi trabalhado por meio de debates como o preconceito e a luta contra este vem sendo travada desde os tempos mais remotos pois a diversidade cultural , social, étnicos social existe desde que o ser humano habita. O debate levantou várias questões como bullying, preconceito racial, de gênero , social enfim, um debate bastante enfático e esclarecedor que somado as outras atividades desenvolvidas pela EMD tem contribuído muito para uma consciência mais justa em nossa escola. 27/10/2012 sexto encontro. TEMÁTICA: Desmitificando a mídia, através das atividades relacionadas ao continente africano em seu espaço geográfico e social. conteúdos da temática: - identificação do

continente, países, capitais, fronteiras e limites. - identificação dos oceanos. - características físicas e econômicas de países. - cultura, arte, costumes, folclores de países. - transformando a mídia negativa em positiva, através da letra de músicas .estratégias / instrumentos / recursos: - mapa da África exposto no quadro de giz.- Mapa da África imprimido para cada aluno. - Sala de informática. - Montagem em Power point. - Seminário - Papel sulfite com a letra digitada da música Mama África. - Em equipe interpretarão a letra. - Substituirão o negativo pelo positivo. - Seminário. É necessário conhecer o espaço geográfico África, para que haja maior compreensão ao amplo conhecimento no aspecto social a referente população, pois o Brasil tem a maior população de origem africana fora da África. Temos priorizado a presença e permanência da família na escola. Temos realizado durante todo o ano letivo diversos eventos com a participação direta da comunidade escolar, pais têm vindo até a escola dar palestras sobre diversos assuntos. Em anexo postaremos algumas fotos onde alguns desses pais. O senhor[...], policial militar, pai de dois de nossos alunos 6ºA e [...] 9ºC que em sua palestra falou sobre violência e paz nas escolas . O senhor[...], avô de[...] (1º A) , que abordou sobre valores e ética nos tempos atuais. A senhora [...], mãe de[...] (1º A), ex-secretária da [...], explanou como vencer os obstáculos e não desistir até alcançarmos a vitória, a senhora [...], mãe de [...](7º B) Amor e paz , pai de Alice (1ºB), respeito

d) Relação dos filmes assistidos e analisados: - Diamante de Sangue (EUA, 2006) O filme trata do contrabando de minérios e da guerra civil em Serra Leoa. Ajuda nos estudos sobre a África e desigualdades sociais; - Quanto vale ou é por quilo? (Brasil, 2005). É um filme ligado à temática racial e retoma alguns conceitos históricos do Brasil, como por exemplo, escravidão e a carta de alforria. A partir dele é possível gerar uma discussão sobre cotas em universidades e desigualdade racial; Xingu (Brasil, 2011). O filme mostra a interação entre o homem moderno e as tribos indígenas, evidencia que é necessário muitas vezes não intervir para que a cultura indígena seja preservada. O estudante pode traçar um paralelo sobre a atual situação da região, retomando debates sobre a usina hidrelétrica de Belo Monte e fronteiras agrícolas; Hotel Ruanda (África do sul, 2004). Mostra o conflito civil entre tutsi e hutus ocorrido em Ruanda, em 1994, que ficou conhecido como o maior genocídio africano dos tempos modernos. Panteras Negras (EUA, 1995). Trabalha a questão dos jovens negros, moradores dos bairros periféricos de Nova Iorque, que passaram a se organizar e reivindicar seus direitos de cidadãos. Mostra o papel que as drogas, no caso o craque, é capaz de

destruir a organização e os sonhos da juventude. Temática Abordada: História e Cultura Africana História e Cultura Afro-Brasileira História e Cultura Indígena. Outros Gênero e Diversidade Sexual Outras Temáticas [Adicionar Outra Temática] Conteúdo da Temática: **TEMÁTICAS ABORDADAS NO TRABALHO DA EQUIPE** Civilização e reino Africano; Tráficos e Escravização de africanos; Ocupação colonial; A diversidade e a relação intercultural após a diáspora africana; Combate ao racismo. Uso das palavras do nosso idioma derivadas das línguas africanas como forma de despertar ao aluno para as influências africanas na nossa cultura; Mapas históricos e geográficos que irão facilitar a localização do continente e seus respectivos reinos antigos ou territórios; Exposição e leitura de histórias paranaense que tem como personagem o africano (mitos); Trabalho com transparências de fotos da cultura africana; Pesquisa e exposição da culinária afro-brasileira; Debates e Seminários sobre o dia da consciência negra, sobre a lei federal, o que estas mudanças estão mostrando; Combate a homofobia e bullying relacionado ao preconceito de gênero na escola; Linguística e a contribuições indígenas/nativas na cultura brasileira.

Bibliografia: Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Lei 10.639/2003 Instrução nº 010/2010? SUED/SEED Instrução nº 017/2006 SUED/SEED Resolução nº3399/2010 GS/SEED Deliberação nº 04/2006 ? CEE/PR Cadernos Temáticos: - Educando para as relações étnico-raciais- Governo do Paraná /SEED - História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Governo do Paraná/SEED - Educando para as Relações Étnico-Raciais II? Governo do Paraná/SEED. Leis nº 10639/03 e nº 11.645/08 que alteram a Lei nº 9394/96 no artigo 26. Constituição Federal 1988. Estatuto de Igualdade Racial Leituras referentes à legislação: Constituição Federal; Lei 10.639/03 e Lei 11.645/08 que tratam a obrigatoriedade de incluir no Currículo escolar as discussões referentes à História e Cultura Africana, Afro-brasileira e Indígena; Decreto nº 65810/69, que promulga a convenção internacional sobre a eliminação de todas as formas de discriminação racial; Lei nº 7437/85, que inclui as contravenções penais à prática de atos resultantes de preconceito de raça, cor, sexo ou estado civil; Lei 7616/89, que define crimes de preconceito de raça ou cor. Resolução 01/04, do Conselho Nacional de Educação, que Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana; Parecer 03/04 das Diretrizes Curriculares Nacionais da

Educação das Relações Étnico-raciais, do Conselho Nacional de Educação; Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana; Deliberação 04/06, do Conselho Estadual de Educação, que trata das Normas Complementares às Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana; Instrução 017/2006 da SUED, que especifica que a Educação das Relações Étnico-raciais e o ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana passa a ser obrigatória em todos os níveis e modalidades dos estabelecimentos de ensino da rede pública estadual de Educação Básica; Estatuto da Igualdade Racial - Lei 12.288/010; Resolução 3399/2010, relacionada à composição das Equipes Multidisciplinares; Instrução 010/2010, relacionada às Equipes Multidisciplinares; Convenção 169 OIT (Organização Internacional do Trabalho); Declaração das Nações Unidas sobre os Povos Indígenas; Lei 8072/1990. Lei de crimes hediondos, que inclui crimes relacionados às questões de gênero; Lei Federal 8069/1990. Estatuto da Criança e do adolescente, Lei Federal nº 11.340/2006, Lei Maria da Penha; **Outras Vozes:** Depoimentos de alunos, pais, professores não participantes da equipe, palestrantes, artistas convidadas/os, etc. No decorrer do ano foram membros da Comunidade Escolar foram convidados para juntos tratar dos temas referidos a Equipe Multidisciplinar. Estes membros realizaram palestras e incrementaram as atividades da equipe. Segue as fotos e depoimentos: 1ª O senhor [...], policial militar, pai de dois de nossos alunos[...] 6ºA e [...] 9ºC. Tema: Violência e Paz nas escolas. O senhor [...], avô de [...](1º A). Tema: Valores e Ética nos tempos atuais. - 3ª A senhora [...], mãe de [...](1ºA), ex-secretária da senhora[...]. Tema: Como vencer os obstáculos e não desistir até alcançarmos a vitória - 4ª A senhora [...], mãe de [...] (7 ºB). Tema: Amor e Paz 5ª O senhor [...], pai de [...](1ºB). Tema: Respeito-Depoimento: Um dos problemas do ambiente escolar é a falta de respeito entre alunos e professores ou entre alunos entre si. Os professores estão na escola por pura vontade, ou seja, estão lá para ajudar a todos, se o aluno não o respeita não ha um bom ambiente escolar na sala de aula, sem respeito não ha um bom aproveitamento. O mesmo acontece entre os alunos se um aluno não se sente bem indo para a escola, pois os outros ficam tirando sarro é porque não ha respeito entre os colegas, alguém deve estar provocando-o ou batendo nele isto o faz se sentir triste e deprimido (bulyng) hoje em dia isto infelizmente é muito comum. Quando há

muitas pessoas, convivem juntas é preciso haver regras que devem ser cumpridas quando nesse grupo as pessoas desrespeitam as regras vai haver falta de respeito, na escola existem regras estas devem ser cumpridas para viver em harmonia na sala de aula. O bullying é o melhor exemplo de desrespeito na escola, acho que muitos dos que irão ler meu post viram o vídeo das crianças americanas em que um garoto pequeno irrita o mais gordinho tanto que este o joga contra o chão, a pessoa se sente muito irritada e guarda muita mágoa da outra que a irrita, após vários meses sendo irritada a pessoa perde a cabeça às vezes até cometendo suicídio ou batendo em outra de forma absurda, a maioria das pessoas que praticam o bullying provavelmente já foram alvo deste e guardam uma grande mágoa dentro de si. Então minha conclusão é se você respeitar os outros eles irão respeitar você e todos irão viver bem principalmente no ambiente escolar. 6ª A Senhora, Psicóloga e mãe de 7ªA. Tema: Bullying relacionado a preconceitos **Depoimento:** A violência em qualquer ambiente que estiver presente apresenta sempre uma ameaça, e no caso das instituições educacionais além de uma ameaça apresenta dificuldades no processo de ensino-aprendizagem, essa violência que pode estar presente nas escolas é conhecida como bullying e pode ser caracterizada através de vários comportamentos dos alunos. Entre os vários atos de violência e as características do bullying podemos citar como fenômeno que represente o bullying o preconceito racial, ou seja, o racismo. Esse estudo objetiva-se apresentar as características do bullying racial, assim como descrever como o bullying racial pode afetar a saúde dos alunos, em especial adolescentes. Para realizar o presente trabalho utilizamos da pesquisa bibliográfica. O bullying racial faz parte de um problema mais amplo e cada vez mais evidenciado, compreendendo todas as ações as quais há o desejo de maltratar outra pessoa, causando tensão e sofrimento psíquico. É uma forma de pressão social que acarreta, por vezes, traumas muito significativos na vida dos alunos que são sujeitos diariamente a este tipo de maus-tratos. Diante de toda essa reflexão e descrição acerca do bullying racial, é importante mencionarmos que todas essas características violentas que os agressores oferecem às vítimas do bullying estão também os problemas que envolvem a saúde do indivíduo. Dentre as características dos efeitos do bullying racial sobre a saúde do adolescente podemos citar os distúrbios físicos e psicológicos, queixas clínicas repetidas e mal definidas como: cefaleia, dor abdominal e de garganta, náuseas, vômitos, anorexia, enurese, distúrbios escolares, tristeza e insônia. O bullying pode ser entendido como um

balizador para o nível de tolerância da sociedade com relação à violência. Portanto, enquanto a sociedade não estiver preparada para lidar com o bullying, serão mínimas as chances de reduzir as outras formas de comportamentos agressivos e destrutivos. **Encaminhamentos, Possíveis Conclusões e Resultados:** A Equipe Multidisciplinar trabalhou em conjunto com a Equipe Pedagógica, para obter êxito neste processo de construção da identidade étnico-racial articulado com o PPP, PPC e Regimento Escolar. É importante destacar que a Equipe Multidisciplinar estará promovendo Semana Cultural, feiras de multiculturalismo, ampliação do acesso de informação a respeito do tema. A formação da Equipe Multidisciplinar na escola proporcionou que professores, Agentes Educacionais, Alunos e Comunidade repensassem as causas dos conflitos vividos em nossa sociedade. Tais conflitos derivados da intolerância às diferenças. No ambiente escolar isso não é diferente, e é preciso ações práticas e efetivas para transformar a nossa realidade. A implementação da Equipe Multidisciplinar ajudou muito no desenvolvimento de temas que pela discussão da opressão entendemos que são voluntariamente excluídos dos espaços públicos. Debater, palestrar, ensinar e aprender foi importante, no entanto fica claro que este é um caminho ainda longo a ser percorrido. Ter dado o primeiro passo, despertou a vontade e a necessidade de levar os temas que debatem os setores oprimidos de nossa sociedade como uma prioridade em nossa escola. **Arquivos:** Espaço Disponível: 91.61% *Plano de Ação 2012:* *Plano de Ação 2012:* *Arquivo 1: * *Arquivo 1: * *Arquivo 2: * *Arquivo 2: * *Arquivo 3: * *Arquivo 3: * Extensões permitidas: MPG JPG MP3 PPT ODP JPEG AVI MPEG ODT ODS DOC. **Comentários Equipe Multidisciplinar NRE:** A Equipe desenvolveu excelentes ações pedagógicas em 2012. **Comentários Equipe Multidisciplinar SEED:** A Equipe Multidisciplinar iniciou a Implementação da lei 10639/2003. CERDE/SEED © Secretaria da Educação do Paraná Av. Água Verde, 2140 - Vila Isabel 80240-900 - Curitiba - PR 41 3340-1500 - Localização Superintendência de Desenvolvimento Educacional Rua dos Funcionários, 1323 - Cabral 80035-050 - Curitiba - PR 41 3250-8100 - Localização Diretoria de Tecnologia Educacional Rua Salvador de Ferrante, 1651 - Carmo 81670-390 - Curitiba - PR 41 3377-2226 - Localização Desenvolvido pela Celepar.

Plano de Ação da Equipe Multidisciplinar do Colégio Estadual B

“Um país será aquilo que pode ser e deve ser quando se reconhecer em todos os aspectos culturais de sua formação. Quando souber de suas raízes e de como elas estão presentes em sua identidade e na identidade coletiva de seu povo.”

O diagnóstico será realizado na escola e seu entorno, como campo de investigação do trabalho da Equipe Multidisciplinar. Para efetivar esta ação, será necessário pesquisar acerca do material didático disponível na escola, os movimentos sociais da comunidade, as comemorações referentes a esses povos, marcos históricos, heróis negros e indígenas, bem como da contribuição destes para a cultura local, estadual e nacional, fazendo uma leitura de como estes grupos estão representados nos mais diversos espaços informativos e de entretenimento (cartazes que estão expostos nos espaços internos e externos da escola, livros didáticos, propagandas, revistas, notícias veiculadas em jornais e rádios, etc.).

2 JUSTIFICATIVA

O Brasil tem uma dívida histórica em relação à população negra e ao povo indígena, dada as condições de exclusão que lhes foram impostas historicamente.

Este plano justifica-se pela importância de reparar as desigualdades e distorções históricas registradas nos livros didáticos e que resultaram na criação de estereótipos que perduram, propagados pelo senso comum, até os tempos atuais. As ações constantes do presente plano, orientadas pelas leis vigentes, possibilitarão a reflexão, a conscientização e a desconstrução de ideias, cujo resultado pretende provocar uma mudança de comportamento de modo a reverter, de maneira positiva, na leitura de quaisquer questões referentes a esses povos, começando pelo fato de repensarmos as relações etnicorraciais, os direitos e a posição ocupada pelos negros e indígenas na sociedade, certamente diferentes dos demais grupos que representam a minoria, partindo-se do fato de que 50% da população brasileira é negra.

3 OBJETIVOS

- Promover a compreensão da formação da população brasileira a partir da contribuição dos povos negros e indígenas;
- Proporcionar encontros de planejamento, seminários e espaços de discussão dessas temáticas, considerando as leis vigentes, integrando-as ao PPP, Plano de Ação Docente e Regimento Escolar;
- Dialogar, informar, formar e mobilizar a comunidade escolar para que as ações estabelecidas pela Equipe Multidisciplinar sejam efetivamente desenvolvidas;
- Proporcionar encontros para reflexão da importância do negro e do indígena proporcionando que estudantes, professores, funcionários descendentes desses povos, mireem-se positivamente a partir da história do seu povo.

4 AÇÕES

- Promover espaços onde as pessoas relatem experiências de discriminação que venham a contribuir para as discussões propostas;
- Trabalhar de modo a fortalecer a identidade de indígenas e negros buscando elementos de suas culturas que possam ser explorados de modo positivado, desconstruindo estereótipos;
- Elaborar um questionário para investigação de quem são as pessoas que estão no espaço da escola, buscando identificar a pluralidade cultural e como estão contempladas nas ações pedagógicas desenvolvidas na e pela escola;
- Realizar intercâmbios de experiências, compartilhando estudos e atividades entre escolas, abordando os temas propostos pela Equipe Multidisciplinar;
- Pesquisar e trabalhar com assuntos relativos à religiosidade, hábitos e costumes, danças e seus significados, culinária e sua influência na cultura brasileira, e a relação destes povos indígenas e quilombolas com a natureza;

- Pesquisar personalidades que lutaram por questões etnicorraciais; movimentos sociais, teoria do branqueamento, mito da democracia racial, heróis negros e indígenas, ícones que colaboraram com a construção do conhecimento no Brasil (Milton Santos, irmãos Rebouças, entre outros);
- Trabalhar datas comemorativas da cultura indígena e da população negra buscando aprofundamento de seus significados;
- Promover seminários e palestras sobre a Consciência Negra e a Cultura Indígena;
- Pesquisa e socialização sobre dados estatísticos de negros e índios na escola e região, ampliado a partir dos conhecimentos adquiridos com os dados constantes no Atlas Racial Brasileiro (fonte IBGE);
- Discutir filosoficamente as questões do belo, analisando seu significado para as culturas indígena e para a população negra, partindo de pressupostos diferenciados para as mais variadas culturas, valorizando características etnicorraciais de cada povo, promovendo oficinas de fortalecimento da identidade destes grupos;
- Pesquisar as comunidades quilombolas no Paraná com vistas a ampliar os conhecimentos a serem pautados e aplicados pelas equipes multidisciplinares das escolas;
- Discutir quotas para negros nas universidades desconstruindo a ideia de ser esta uma política racista, mas de reparação às desigualdades impostas a população negra;
- Estudar leis que defendem os indígenas e afrodescendentes;
- Debater acerca do uso de expressões estereotipadas e pejorativas que contribuem para a ampliação do processo de exclusão de alunos negros e indígenas das escolas;
- Pesquisa sobre dados da FUNAI, FUNASA e IBGE sobre esses povos, de modo a possibilitar um diálogo interdisciplinar para exploração destes dados;
- Convidar representantes dos movimentos sociais e de grupos que trabalhem com elementos da cultura negra (ANPIR, UNEGRO, ACNAP,

IPAD, QUILOMBOLAS, comemorações como a FOLIA DE REIS, CAPOEIRA, ETC) para palestras no espaço escolar;

- Refletir acerca do sequestro dos africanos para Brasil, pelos navios negreiros, e seus processos de resistência, ausentes dos livros didáticos;
- Resgatar a história dos negros nos seus lugares de origem;
- Pesquisar sobre as teorias da origem e ocupação dos indígenas no território que hoje é o Brasil, antes da invasão dos europeus;
- Pesquisar sobre os países da África e sua Cultura;
- Investigar os países africanos que falam a Língua Portuguesa e as contribuições dos termos indígenas e africanos para o léxico português;
- Reconhecer, nas diversas áreas do conhecimento as contribuições dos negros e indígenas;
- Promover a inversão de papéis, numa dinâmica de reflexão e respeito mútuo;
- Promover peças teatrais abordando as temáticas;
- Promover semana de filmes, que possibilitem debates sobre as temáticas abordadas, com o objetivo de se fazer uma leitura da realidade desconstruindo conceitos tidos como verdades absolutas;
- Realizar programa de rádio escolar abordando as questões acerca dos negros e indígenas;
- A partir do desenvolvimento das propostas acima, desenvolver tantas outras que se fizerem necessárias para a efetivação do Plano de Ação da Equipe Multidisciplinar, envolvendo a comunidade escolar, propondo avaliação à medida que as atividades forem acontecendo, inclusive com registros destas ações.

5 CRONOGRAMA

As atividades listadas serão adaptadas ao cronograma da escola e trabalhadas ao longo do ano de forma interligada e constante.

6. Segue a cópia fiel da avaliação do Plano de ação feita pelos professores da equipe Multidisciplinar do Colégio B postada na documentação da CELEPAR/SEED/DEDI/CERDI.

Estado do Paraná; Secretaria da Educação; Registro da Equipe Multidisciplinar - 2012 <#> * Alunos * Educadores * Gestão Escolar * Comunidade Memorial Descritivo salvo com sucesso! Memorial Descritivo (Único Trabalho) Situação: Enviado SEED Organizador: Estabelecimento: Colégio B NRE: CURITIBA Email: [...] Fone:[...] Caracterização da Comunidade Escolar: Aspectos geográficos, populacionais (quem são suas/seus sujeitos? Mulheres, homens, brancas/os, negras/os, indígenas, homossexuais, heterossexuais, lésbicas?), históricos e econômicos. Colégio Estadual B, situado no Bairro Fazendinha, à Rua [...], foi inaugurado no dia 15 de Dezembro de 1977. Este estabelecimento tem como modalidade de ensino, Ensino médio, Ensino Fundamenta II, Educação de Jovens e Adultos, Sala de Recursos, Sala de Apoio e CELEM que também é ofertado para alunos e comunidade, nos períodos manhã, tarde e noite na disciplina de Espanhol. O Colégio é composto por uma comunidade mista, pois têm pessoas brancas, negras, orientais, homossexuais e lésbicas. Constatamos que o colégio é composto por alunos que em sua maioria moram em casa própria, com renda familiar média baixa, possuem eletrodomésticos básicos (geladeira, fogão, máquina de lavar roupas, rádio, televisor, vídeo e outros), linha de telefone fixa e celular, e a maioria tem computador com acesso à internet e mais de 50% possui veículo próprio. Diagnóstico da implementação das leis 10.639/03 e 11.645/08 quando da criação da equipe: Antes da criação das equipes, quais eram as ações referentes às Leis 10.639/03 e 11.645/08 e /ou Educação das Relações da Diversidade Étnico-Racial).O diagnóstico tem a função de fornecer dados para uma efetiva avaliação das possíveis mudanças de hábitos, conceitos, visões de mundo, etc., a partir da criação das equipes. Apenas alguns professores desenvolviam este trabalho voltado para o combate ao preconceito racial , a maioria não colocava a lei em prática. Uma vez que foi criada a Equipe Multidisciplinar, orientou-se para uma obrigatoriedade da execução da lei dentro do estabelecimento escolar. Após a criação da equipe multidisciplinar houve maior envolvimento dos professores de diferentes áreas, desenvolvendo trabalhos que procuraram combater o preconceito, valorizando e

respeitando as diferenças e diferentes culturas étnicorraciais existentes em nosso país. Tendo assim as metas contempladas no projeto político pedagógico, com a inclusão no calendário escolar, das datas comemorativas relacionadas a diversidade cultural: a semana indígena e semana da consciência negra , também aproveitando as atividades da semana cultural houve a divulgação da cultura cigana , através de uma peça teatral intercalando momentos de shows. Observou-se que a existência de uma equipe planejando e atuando na orientação e coordenação das atividades temáticas levou a uma maior adesão no ano de 2012 em relação ao ano de 2011. Agora podemos afirmar que houve uma mudança visível por parte de toda a comunidade escolar no que diz respeito à participação de todos nos Seminários e eventos no decorrer do ano letivo. A Composição da Equipe: Identificação com histórico de alterações. Neste ano começamos com 15 integrantes e não houve nenhuma alteração na equipe. Equipe Multidisciplinar do Colégio B:[...] **Histórico do desenvolvimento do plano de ação.** Os caminhos percorridos: Erros e acertos, obstáculos e resultados. Após a definição dos integrantes que comporiam a equipe multidisciplinar, alguns dos membros foram buscar formação continuada em Fórum de Educação Étnico racial; Encontro de Educadores Negros e Negras e ou Educação das relações da diversidade e gênero. No último fórum de 2010 em Faxinal do Céu, os congressistas elaboraram planos de ação. Fundamentado nestes esboços e analisando a realidade da nossa comunidade escolar ficou estabelecido o plano de ação mencionado. Como essa foi a primeira equipe multidisciplinar desta escola, a mesma encontrou muita dificuldade na aplicação de suas ações devido a grande resistência por parte de alguns professores, pois muitos viam como um trabalho a mais a ser realizado; assim como muito preconceito e racismo velado, que eram revelados com posturas de resistência e não reconhecimento dos mesmos. Outro ponto onde o racismo se manifestou foi na questão religiosa. Uma das dificuldades marcantes foi a impossibilidade de realizar formação continuada na semana pedagógica, pois esta já estava com uma programação pré-estabelecida pela SEED e/ou NRE, e a equipe não possuía um espaço neste cronograma. Ao realizá-las neste período não houve adesão por parte dos professores e funcionários, tendo a participação apenas dos integrantes da equipe multidisciplinar. Mesmo com todos estes empecilhos, muitas ações foram concluídas e a cada evento que acontecia aumentava o número de adesão por parte dos professores, assim como a qualidade dos trabalhos realizados e expostos. Foi notória a evolução

no combate ao preconceito e ao racismo por parte dos alunos a medida que se trabalhava a temática. Temática Abordada: História e Cultura Africana História e Cultura Afro-Brasileira História e Cultura Indígena. Outros Gênero e Diversidade Sexual Outras Temáticas [Adicionar Outra Temática] [Remover Temática] Conteúdo da Temática: - Lei 10.639/03 - História e Cultura Africana e Afro-brasileira Lei 11.645 / 08 - História e Cultura Indígena Educação da Diversidade e Gênero Bibliografia: www.portaldiaadia.gov.pr.br Diretoria de Políticas e Programas Educacionais. Coordenação de Desafios Educacionais Contemporâneos. Curitiba: SEED / Pr., 2008. Educando para as Relações Étnico-Raciais II / Secretaria de Estado da Educação. Superintendência da Educação. Diretoria de Políticas e Programas Educacionais. Coordenação de Desafios Educacionais Contemporâneos. Curitiba: SEED / Pr., 2008. - 208 p. - (Cadernos temáticos dos desafios educacionais contemporâneos, 5). Lei 10639/03 - História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Lei 11645/08 - História e Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena. Regimento Escolar do Colégio Estadual Avelino Antonio Vieira-Ensino Fundamental e Médio. Brasil, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Alimento: Direito Sagrado. Pesquisa Socioeconômica e Cultural de Povos e Comunidades Tradicionais de Terreiros. Brasília, 2011. Parellada, Claudia Ines. Vida Indígena no Paraná. Memória, Presença, Horizontes. Curitiba, Provopar. 2006. Waldemar, Andrade e Silva. Lendas e mitos dos índios brasileiros. São Paulo: FTD, 1999. Araújo, Socorro. Tradição e Cultura : cozinha quilombola de Paraná. Curitiba: SEED / PR, 2008. **Outras Vozes:** Depoimentos de alunos, pais, professores não participantes da equipe, palestrantes, artistas convidadas/os, etc. Em minha opinião, a Equipe Multidisciplinar, está fazendo cumprir o Projeto Político Pedagógico, pois está trabalhando a diversidade, a cultura afro, cigana, indígena e outros objetivos que constam no PPP da Colégio. Percebi que eles se reúnem para planejar suas atividades, depois envolvem os demais professores e funcionários da escola, assim todos sem exceção e com a supervisão deles trabalham o mesmo assunto, cumprindo os objetivos por eles planejados. Os resultados foram: trabalhos muito bem elaborados com os temas propostos. Depoimento: Agente 1 - Encaminhamentos, Possíveis Conclusões e Resultados: Os arquivos relacionados abaixo apresentam o plano de Ação 2011-2012 da Equipe Multidisciplinar, assim como, registro das atividades desenvolvidas pelos professores e alunos no decorrer do ano de acordo com a proposta estabelecida no plano de ação. O arquivo 1 se refere a Cultura Afro e Cigana, no

tocante a Cultura Afro na semana de 19 a 23 de 2012 está ocorrendo a comemoração da Consciência Negra no Colégio o que não permite ainda a apresentação destes trabalhos no arquivo. O arquivo 2 é sobre a Cultura Indígena e o arquivo 3 apresenta as atividades realizadas abordando os trabalhos desenvolvidos sobre a Cultura Afro em 2011. Arquivos: Espaço Disponível: 45.96% *Plano de Ação 2012:* *Plano de Ação 2012:* *Arquivo 1: * *Arquivo 1: * *Arquivo 2: * *Arquivo 2: * *Arquivo 3: * *Arquivo 3: * Extensões permitidas: MPG JPG MP3 PPT ODP JPEG AVI MPEG ODT ODS DOC **Comentários Equipe Multidisciplinar NRE:** A Equipe realizou boas ações pedagógicas no ano de 2012 **Comentários Equipe Multidisciplinar SEED:** Parabéns a equipe Multidisciplinar pela ações desenvolvidas para Implementação da lei 10.639/2003. © Secretaria da Educação do Paraná Av. Água Verde, 2140 - Vila Isabel 80240-900 - Curitiba - PR 41 3340-1500 - Localização Superintendência de Desenvolvimento Educacional Rua dos Funcionários, 1323 - Cabral 80035-050 - Curitiba - PR 41 3250-8100 - Localização Diretoria de Tecnologia Educacional Rua Salvador de Ferrante, 1651 - Carmo 81670-390 - Curitiba - PR 41 3377-2226 - Localização Desenvolvido pela Celepar.